



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013151-12.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Tatiane Mirele Alves Meira**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

**TATIANE MIRELE ALVES MEIRA** promove ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, partes qualificadas nos autos, e expõe que: a) no dia 23 de julho de 2014, sofreu acidente de trânsito que lhe causou lesões graves, remanescendo sequelas permanentes; b) conquanto tenha recebido o valor de R\$ 843,75 relativo à indenização referente ao DPVAT, entende que faz jus ao recebimento da diferença entre o valor máximo a ser pago, ou seja, R\$ 13.500,00, e aquele que recebeu. Neste sentido, requer a procedência da ação, e instrui a inicial com documentos.

Contestação a fls. 24/64, acompanhada de documentos, pela qual a requerida suscita preliminares de inépcia da inicial e de falta de interesse processual da requerente. Quanto ao mérito, aduz que: a) não restou demonstrada a incapacidade total da autora, tampouco o nexo causal entre o acidente automobilístico e as lesões noticiadas para que a requerente receba a totalidade da indenização; b) a indenização deve ser fixada com base no grau de incapacidade da vítima. Requer a extinção ou a improcedência da ação, ou ainda a observância dos parâmetros que menciona na fixação da indenização.

Houve réplica.

Saneado o feito e fixados os pontos da controvérsia (fls. 190), vieram para os autos o laudo de fls. 215/221, e os esclarecimentos de fls. 244, sobre os quais as partes se manifestaram.

É, em síntese, o relatório.

**DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A ação é improcedente.

Consoante o laudo médico, não foi constatada qualquer redução nem incapacidade para as atividades habituais exercidas pela autora, decorrentes do acidente noticiado nos autos.

Assim, a despeito da ocorrência do acidente ser fato incontroverso nos autos, para o reconhecimento do direito da requerente à indenização correspondente era imprescindível a prova da existência do dano e da incapacidade, com o escopo de enquadramento nos casos previstos na tabela de indenização por invalidez permanente, parcial ou total, por acidente de veículo.

Registre-se que não basta ter ocorrido o acidente; para o recebimento da indenização pleiteada na inicial é imprescindível que a vítima tenha sofrido danos físicos que a impeçam de exercer atividade ou que dificultem seu trabalho. Como não há prova da sequela e da sua consequência, o decreto da improcedência da ação é de rigor.

Neste sentido: "*APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - Interposição contra sentença que julgou improcedente a ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT. Laudo pericial conclusivo. Inexistência de incapacidade para exercer atividades laborativas normais. Sentença mantida. Apelação não provida*". (Apelação nº 0131293-75.2009.8.26.0100, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Mario A. Silveira, j. 2 de fevereiro de 2015).

Isto posto, julgo **IMPROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar a autora no pagamento das custas do processo e dos honorários advocatícios do patrono adverso, estes de 10% sobre o valor dado à causa. Custas e honorários advocatícios, contudo, serão dela exigidos apenas nas hipóteses do artigo 98, § 3º do CPC e da Lei 1.060/50.

P.I.

Araraquara, 05 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**